

Alterações na parentalidade:
assim não, senhora ministra!

Três gerações celebraram
Dia dos Avós

Diretor: António Fonseca

Setembro 2025 | 50

Publicação Mensal | Preço 1,5€

Indicador do Sector Financeiro

Mais Bancário

Três unidades do Hospital do SAMS
certificadas com nível máximo

Hospital SAMS

Mais
Indicador do Sector Financeiro

Ótimo

**Cuidados de saúde mais seguros,
eficazes e humanizados**

SAMS
DE PORTAS
ABERTAS

Um mundo
de cuidados médicos
aberto para si.

Faça a sua marcação em sams.pt

GRUTAS



Mira D'Aire



Dia do Homem
23 de novembro

Partida de autocarro
8 horas junto ao Palácio da Justiça
na Rua Marquês de Fronteira

Preços

Sócios 60€ | Cônjuges 65€ | Não sócios 72€
Dos 5 aos 17 anos 30€

Inscrições

Inscrições devem ser feitas
até ao dia 30 de outubro
para administrativa@mais.pt
e limitadas a 100 participantes

Visita às Grutas, almoço
na Quinta do Casalinho Farto
Lanche com animação musical



Mais
Sindicato do
Sector Financeiro



ANTÓNIO FONSECA

Que reforma é esta?!

O anteprojeto de reforma laboral aprovado em Conselho de Ministros e apresentado pela ministra do Trabalho é equívoco logo no nome, “Trabalho XXI”. Equívoco, porque não encara o trabalho enquanto direito protegido pela Constituição, mas subverte-o em algo insubstancial: precário, temporário, com regras diluídas.

A Sr.^a ministra fez questão de sublinhar que a reforma não é baseada em “preconceitos ideológicos”. Será?

Se não está em causa um combate ideológico, por que a esmagadora maioria das mais de 100 alterações à atual legislação dão ainda mais poder às entidades patronais?

Por que, sob o pretexto da competitividade da economia, se esmaga a segurança no emprego, facilitando os despedimentos, permitindo o *outsourcing* e chegando ao extremo da não reintegração face a um despedimento ilícito?

Por que fragilizar ainda mais um dos lados do binómio das relações de trabalho, desequilibrando de forma inequívoca o elo mais fraco?

Estas são apenas algumas interrogações sobre o conceito do trabalho.

Foquemo-nos agora na proposição temporal: XXI, ou seja, século XXI, presente e futuro.

Como o Governo frequentemente repete, a economia nacional está bem, o crescimento ultrapassa o de alguns dos países mais fortes da União Europeia, as contas públicas estão equilibradas. Alguns dos setores de atividade, como a banca, mostram-se pujantes, aumentando os lucros de semestre para semestre, ultrapassando muitos dos seus congéneres da zona euro – não se verifica que a atual legislação do trabalho dificulte os resultados.

Por outro lado, o desemprego está a níveis praticamente residuais – exceto o dos jovens. Os empresários reclamam da falta de mão de obra, invocando a necessidade de “importar” trabalhadores para ocuparem as vagas em aberto.

Então, quais os problemas do mercado de trabalho? Quem se queixa, afinal? Os trabalhadores: pelos baixos salários – entre os mais baixos da UE –, pelos horários excessivos, pela dificuldade de conciliar a vida profissional com a pessoal e familiar.

E os jovens, a geração mais bem preparada de sempre, debatem-se com dois caminhos: o desemprego no seu país ou a emigração.

Este é o presente. O futuro?

O Governo responde com um anteprojeto que fomenta mais precariedade, ataca a segurança do emprego (fomentando o desemprego), não proporciona melhores salários nem fomenta a negociação coletiva – pelo contrário, encurta a sobrevivência das convenções e elimina a arbitragem obrigatória nos casos de bloqueio –, restringe a greve, promove o desregulamento dos horários, ataca os jovens, as mulheres e as famílias.

Se esta reforma não é ideológica... Ainda nos lembramos dos tempos de “ir além da troika” e das suas profundas consequências.

Estas são apenas algumas questões para reflexão. O debate ainda está no início...



9

Sindical

Tabela Única será reivindicação prioritária nas negociações para 2026

17

Questões Jurídicas

Mais poder unilateral do empregador, menos força dos trabalhadores



Sindical

A Palavra ao sócio | 5

Tabelas do Montepio publicadas no BTE | 6

Sindicatos não vão recorrer da sentença sobre diuturnidades no BdP | 8

Tabela Única será reivindicação prioritária nas negociações para 2026 | 9

Parvalorem propõe rescisões aos trabalhadores | 10

Rescisões no grupo EuroBic/Abanca | 11

Comissão de Igualdade

Por que a ministra quer penalizar as mulheres? | 12

Encontro de gerações | 13

Formação

Cursos de valorização artística: Encerrar com beleza... | 14
...e começar de novo | 15

Juventude

Angra do Heroísmo recebe Jornadas da Juventude | 16

Questões Jurídicas

Mais poder unilateral do empregador, menos força dos trabalhadores | 17

Fundo de Pensões

Novobanco: Níveis de solvência superiores a 100% | 20

SAMS

Consolidar o SAMS e proteger os beneficiários | 24

Três unidades do Hospital classificadas com nível máximo 3x Ótimo! | 25

Visto de Fora

Políticas de inclusão para um futuro verde - I | 26

Tempos Livres

Uma viagem, quatro países | 30

Tiro: Pedro Borralho sagrou-se campeão | 30

Vamos caminhar juntos? | 31

Setúbal acolheu sunsets e cruzeiros | 31

Lutuosa: Subsídios pagos 1.º semestre de 2025 | 32

Passatempos | 34



24

Sindical

Consolidar o SAMS e proteger os beneficiários

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556
Correio eletrónico: direccao@mais.pt
Diretor: António Fonseca
Diretor-adjunto: João Ferreira
Conselho editorial: António Fonseca, João Ferreira, Mónica Gomes e Vânia Ferreira
Editor: Elsa Andrade
Redação, Edição e Produção:
Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180
Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt
Grafismo: Ricardo Nogueira
Pré-impressão e Impressão: Xis e érre, xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1, 2.º Dto. | 2810-237 Laranjeiro
Tiragem: 32.713 exemplares (4.213 enviados por correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 310954/10
Registado na ERC: n.º 109.009
www.mais.pt

Estatuto Editorial
Consultável através do endereço:
[https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/
Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx](https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário
é da total responsabilidade dos anunciantes



A Palavra ao sócio

Agradecimentos ao SAMS

Quero expressar o meu agradecimento ao Dr. Emanuel Vieira por, após ter detetado uma anomalia no pulmão, ter de imediato marcado consulta de Cirurgia Torácica. Também agradeço ao Dr. Francisco Félix pela atenção, simpatia e eficiência durante todo o processo da cirurgia. Agradecimentos também a todo o pessoal, enfermeiros e auxiliares, pela cordialidade.

A. Rodrigues
Beneficiário n.º 2568642

Transferido de outro hospital, entrei no Hospital do SAMS no dia 1 de janeiro e aqui, no Hospital do SAMS, estive em coma profundo, e foi graças ao saber e à

dedicação de todos e de todas as profissionais que me trataram, que hoje, com 82 anos, estou vivo, estou feliz e escrevo.

Sinto que no Hospital do SAMS, onde estive 51 dias, me ressuscitaram. Estive do “outro lado” e voltei.

Por isto, venho agradecer a toda a equipa que me tratou na minha grave doença, em particular à Senhora Doutora Fátima Fernandes e ao Senhor Doutor Francisco Muñoz. Agradeço também o apoio e a forma amável e carinhosa que sempre dispensaram à minha esposa ao longo do meu internamento.

Mais uma vez, o meu muito obrigado.

João Valente da Silva
Beneficiário n.º 2609211

Grande Angular

ECO

Burlas no homebanking estão mais perigosas.

APB lança campanha contra fraude nos pagamentos

Associação Portuguesa de Bancos (APB) lançou esta segunda-feira uma campanha de sensibilização contra a fraude nos pagamentos, alertando que, apesar da maioria das transações em Portugal ser segura, as fraudes são cada vez mais sofisticadas.

Com a campanha “Não passes cartão à fraude”, que estará presente em televisão, rádio, imprensa e meios digitais, a associação quer sensibilizar a população para os riscos com fraude ‘online’. A APB justifica esta campanha com a “dinâmica crescente e cada vez mais sofisticada” da fraude.

Nos últimos dois anos, a Polícia Judiciária (PJ) abriu 2.181 inquéritos relativos a situações de *phishing*, 509 deles através do *homebanking*, revela esta segunda-feira o Público (acesso condicionado). Estes casos incluem uma nova técnica, conhecida na linguagem informática como *pharming* – que surge da junção da palavra *farming* (plantação/cultura) (neste caso, de software malicioso instalado no computador, telemóvel ou *tablet*) com *phishing* –, em que os hackers acedem a informações pessoais e confidenciais em momento prévio, as quais poderão ser utilizadas quando o cliente aceder ocasionalmente ao serviço de banca online, no computador ou telemóvel. Ao acederem às contas dos clientes dos bancos, os hackers conseguem

movimentar dinheiro através de contas de passagem, designadas de *money mules* (mulas monetárias), coordenando depois a rápida saída de dinheiro para outras contas no estrangeiro.

“A iniciativa pretende educar os diferentes públicos sobre os principais tipos de fraude nos pagamentos, com destaque para o *phishing*, o *spoofing* e a usurpação de identidade (*impersonation*)”, refere a APB, que acrescenta que serão utilizados “exemplos reais e próximos da experiência quotidiana” de jovens e idosos.

O objetivo é promover comportamentos seguros e incentivar medidas de prevenção como a verificação prévia de links, não partilhar dados pessoais ou bancários e a validação de contactos.

Citado no comunicado, o presidente da APB, Vítor Bento, assinalou que os bancos sabem que “a fraude evolui e se reinventa constantemente”, apesar do setor ter aumentado o investimento em tecnologias de proteção e de segurança.

“Esta campanha é um passo fundamental para reforçar a literacia digital e financeira da população e para lembrar que todos temos um papel a desempenhar na prevenção. Não passar cartão à fraude é proteger não só o nosso dinheiro, mas também a confiança no sistema financeiro”, disse o responsável.

A APB remete para dados do Banco de Portugal (BdP) e assegura que a maioria das transações eletrónicas em Portugal é segura e que a fraude foi muito reduzida, abaixo da média do registado no Espaço Económico Europeu.



Tabelas do Montepio publicadas no BTE

Níveis de retribuição

Unidade: euro

Retribuição de base			
Nível	2023	2024	2025
18	2 983,55	3 073,06	3 149,89
17	2 697,77	2 778,70	2 848,17
16	2 509,91	2 585,21	2 649,84
15	2 312,31	2 381,68	2 441,22
14	2 110,33	2 173,64	2 227,98
13	1 915,30	1 972,76	2 022,08
12	1 755,69	1 808,36	1 853,57
11	1 617,26	1 665,78	1 707,42
10	1 446,53	1 489,93	1 527,18
9	1 330,43	1 370,34	1 404,60
8	1 205,26	1 241,42	1 272,46
7	1 115,36	1 148,82	1 177,54
6	1 059,88	1 091,68	1 118,97
5	937,82	965,95	990,10
4	814,08	838,50	870,00
3	760,00	820,00	870,00
2	760,00	820,00	870,00
1	760,00	820,00	870,00

A revisão do ACT, que inclui as tabelas salarial e de reforma para os anos de 2023, 2024 e 2025 e as respetivas cláusulas de expressão pecuniária, foi já publicada no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), oficializando o acordo entre as Instituições subscritoras – a Caixa Económica Montepio Geral e o Montepio Crédito – e os Sindicatos da UGT.

INÊS F. NETO

Depois da conclusão das negociações de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre a Caixa Económica Montepio Geral – Caixa Económica Bancária, S. A., o Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e as três organizações sindicais de bancários da UGT – MAIS, SBN e SBC – o acordo, que inclui em anexo das atualizações salariais para

Cláusulas de expressão pecuniária

Unidade: euro

Cláusula	2023	2024	2025
Subs. mensal trabalhador-estudante	21,10	21,73	22,27
Diuturnidades	44,76	46,10	47,25
Acréscimo falhas	147,66	152,09	155,89
Subs. refeição	10,97	11,30	11,60
Seguro acidentes pessoais	162.025,92	166.886,70	171.058,87
Indemn. morte em acidente trabalho	162.025,92	166.886,70	171.058,87
Subs. de apoio à natalidade	848,58	874,04	895,89
Subs. infantil	27,50	28,33	29,04
Subs. trimestral de estudo:			
- 1.º ciclo básico	30,58	31,50	32,29
- 2.º ciclo básico	43,20	44,50	45,61
- 3.º ciclo básico	53,68	55,29	56,67
- Ens. Secundário	65,21	67,17	68,85
- Ens. Superior		76,95	78,87
Empréstimo para habitação (máx.)	197.878,17	203.814,52	250.000,00

Valores das mensalidades de pensões

Unidade: euro

Níveis em que se encontra o trabalhador	Mensalidades (por inteiro) dos trabalhadores colocados nas situações de reforma por invalidez ou invalidez presumível			Pensão de sobrevivência		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
18	2 567,96	2 645,00	2 711,13	1 193,41	1 229,21	1 259,94
17	2 317,31	2 386,83	2 446,50	1 079,11	1 111,48	1 139,27
16	2 139,45	2 203,63	2 258,72	1 003,97	1 034,09	1 059,94
15	1 973,17	2 032,37	2 083,18	924,92	952,67	976,49
14	1 803,59	1 857,70	1 904,14	844,13	869,45	891,19
13	1 648,31	1 697,76	1 740,20	766,10	820,00	870,00
12	1 526,02	1 571,80	1 611,10	760,00	820,00	870,00
11	1 419,63	1 462,22	1 498,78	760,00	820,00	870,00
10	1 285,38	1 323,94	1 357,04	760,00	820,00	870,00
9	1 183,04	1 218,53	1 248,99	760,00	820,00	870,00
8	1 071,75	1 103,90	1 131,50	760,00	820,00	870,00
7	994,73	1 024,57	1 050,18	760,00	820,00	870,00
6	950,10	978,60	1 003,07	760,00	820,00	870,00
5	851,32	876,86	898,78	760,00	820,00	870,00
4	760,00	820,00	870,00	760,00	820,00	870,00
3	760,00	820,00	870,00	760,00	820,00	870,00
2	760,00	820,00	870,00	760,00	820,00	870,00
1	760,00	820,00	870,00	760,00	820,00	870,00

2023, 2024 e 2025, foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 31, de 22 de agosto de 2025. Recorde-se que durante este período, as partes acordaram as sucessivas

revisões das tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária, cujos aumentos foram processados nos salários dos trabalhadores e nas pensões dos reformados, bem como

os respetivos retroativos, quando as negociações se prolongaram, mas só agora foi cumprido o formalismo obrigatório do depósito e publicação no BTE. 



Recorde-se que os Sindicatos sustentaram que as diuturnidades, vencidas antes e depois da entrada em vigor do AE, deviam manter o valor fixo de €46,00, posição que, aliás, mantêm, considerando o espírito da negociação que deu azo ao atual AE.

Improcedente

No entanto, o acórdão do Tribunal da Relação, proferido em novembro de 2024, confirmou a sentença anterior, tendo ficado decidido que o recurso dos Sindicatos era “improcedente”.

Embora o resultado não corresponda ao que os Sindicatos defendem, importa sublinhar que este processo foi mais um passo na afirmação do seu papel enquanto representantes dos trabalhadores. Com efeito, os Sindicatos da UGT pugnaram até ao fim por uma interpretação favorável, que coincidissem com o espírito da negociação que culminou com

Sindicatos não vão recorrer da sentença sobre diuturnidades no BdP

O Tribunal da Relação do Porto julgou improcedente o recurso apresentado pelos Sindicatos dos Bancários da UGT relativamente à interpretação, por parte do Banco de Portugal (BdP), das cláusulas do AE sobre diuturnidades. Após avaliação do processo pelos respetivos serviços jurídicos, MAIS, SBN e SBC decidiram não existirem alternativas viáveis para interpor uma nova ação

INÊS F. NETO

O diferendo entre os Sindicatos da UGT e o Banco de Portugal quanto à interpretação das cláusulas do Acordo de Empresa (AE) relativas às diuturnidades levou à interposição de uma ação no Tribunal do Trabalho do Porto, cuja decisão foi desfavorável às pretensões sindicais – no seguimento, sublinhe-se, de uma ação anterior sobre a mesma matéria, mas com pressupostos distintos, que tinha tido o mesmo desfecho. MAIS, SBN e SBC recorreram, então, para o Tribunal da Relação do Porto, que manteve a decisão da primeira instância – acórdão que, assinala-se, não é passível de recurso ordinário.

a assinatura do AE, explorando todas as vias jurídicas e judiciais possíveis.

MAIS, SBN e SBC reconhecem que a conclusão do processo devia ter sido comunicada aos sócios no momento do trânsito em julgado da decisão – o que não sucedeu devido a uma falha de comunicação, facto pelo qual os Sindicatos assumem a responsabilidade, lamentando o ocorrido e tendo tomado medidas para que não volte a suceder. Apesar do estabelecido por via judicial, que respeitem na íntegra, os Sindicatos mantêm a posição de princípio, que será, garantidamente, objeto de discussão em futuras negociações. ▶

Tabela Única será reivindicação prioritária nas negociações para 2026

**A criação de uma tabela única para ativos e reformados bancários
estará entre as principais propostas sindicais na próxima revisão salarial**



INÊS F. NETO

Analisar e debater a situação atual relativa à reivindicação de uma Tabela Única para ativos e reformados bancários foi o objetivo da reunião entre as Direções do Mais Sindicato, do SBN e do SBC com as respetivas Estruturas Sindicais de Reformados, que se realizou no dia 10 de julho, em Coimbra.

A reunião, marcada por uma ampla participação e elevado sentido de responsabilidade, permitiu uma reflexão aprofundada sobre esta matéria, considerada de grande relevância e urgência.

Foi unanimemente reconhecida a legitimidade da reivindicação dos reformados da banca, atualmente sujeitos à aplicação de tabelas com valores diferenciados, situação que se revela desadequada face à evolução dos regimes fiscais e contributivos.

Prioridade

Neste sentido, foi decidido que a proposta de criação de uma Tabela Única para os bancários (no ativo e

reformados) será assumida como prioritária na proposta de revisão salarial a apresentar pelas estruturas sindicais às instituições de crédito no âmbito do processo negocial para o ano de 2026.

Foi igualmente constituído um grupo de trabalho conjunto, com a participação das estruturas sindicais subscritoras, que terá como missão analisar de forma integrada as problemáticas que afetam os reformados do setor bancário e definir uma estratégia de intervenção sindical coordenada.

Apoio da UGT

Refira-se ainda que esta iniciativa conta com o firme apoio e envolvimento da UGT, que reconhece a importância deste processo no quadro da justiça social e da coesão entre gerações no setor financeiro. Mais Sindicato, SBN e SBC reiteram o seu compromisso na defesa intransigente dos direitos dos reformados da banca, valorizando o percurso e contributo de quem construiu, com dedicação e profissionalismo, o setor bancário em Portugal. 



Face à extinção da empresa

Parvalorem propõe rescisões aos trabalhadores

**MAIS, SBN e SBC aconselharam os sócios a não assinarem
qualquer documento sem antes consultarem os serviços
jurídicos do respetivo sindicato**

INÊS F. NETO

Os três Sindicatos dos Bancários da UGT reuniram-se, no dia 6 de agosto, com a administração da Parvalorem e da Imofundos para debater a situação dos trabalhadores das duas empresas públicas.

Liquidação da Parvalorem

A Parvalorem vai ser alvo de liquidação e encerramento até 2027, pelo que até essa data terá de revogar o vínculo laboral com os seus trabalhadores.

Nesse sentido, foi declarada empresa em reestruturação, com o propósito de lançar um programa para a celebração de acordos de rescisão com os trabalhadores, no triénio 2025/2027, que permita o acesso ao subsídio de desemprego.

Assim, nos próximos três anos, em paralelo à redução de ativos sob gestão, a empresa irá promover uma reestruturação e redução anual do quadro de trabalhadores através do programa de rescisões, que contemplará acordos e a promoção de empregabilidade, maximização das indemnizações, manutenção das condições dos créditos concedidos e um seguro de saúde.

Face às questões colocadas pelos Sindicatos, a administração adiantou que a data de saída é escolhida pelos trabalhadores até final de outubro deste ano. MAIS, SBN e SBC defenderam a manutenção das condições de adesão caso a empresa venha a considerar a necessidade de manter os trabalhadores até ao final.

Alertas

A minuta de acordo de revogação do contrato de trabalho enviada a todos os trabalhadores é genérica, sendo posteriormente adaptada a cada caso, atendendo às

especificidades de cada trabalhador, nomeadamente quanto à antiguidade.

Isto quer dizer que o teor dos acordos vai variar de trabalhador para trabalhador, pelo que os Sindicatos alertaram os sócios para a importância de solicitarem aos respetivos serviços jurídicos a análise do documento antes de o assinarem.

MAIS, SBN e SBC recordaram ainda que todas as condições de trabalho atualmente em vigor mantêm-se integralmente até à saída do trabalhador da empresa.

Imofundos

Relativamente à Imofundos, a administração informou os Sindicatos de que ainda não há uma solução para a empresa, cuja decisão está dependente da tutela (o Ministério das Finanças) – o que foi transmitido aos trabalhadores.

Os Sindicatos não deixarão de acompanhar a situação e, nesse sentido, solicitaram já uma reunião ao Ministério das Finanças.

Revisão salarial

MAIS, SBN e SBC aproveitaram a reunião para colocar a questão da revisão salarial nas duas empresas, pois os trabalhadores ainda não tiveram aumentos.

A administração adiantou que a tutela autorizou para 2025 um aumento da tabela salarial de 2,15% para a Parvalorem e a Imofundos, com efeitos retroativos a janeiro. Esta atualização implica um aumento da massa salarial de 1,6%.

Em relação aos automatismos previstos no Acordo de Empresa, os prémios de antiguidade a pagar em 2025 representam 1,16% da massa salarial, enquanto as diuturnidades e promoções, por antiguidade e por mérito, representam 0,89% da massa salarial.

No total, em 2025 o aumento agregado da massa salarial na Parvalorem e Imofundos, é de 3,65%. ▶

Rescisões no grupo EuroBic/Abanca

O grupo Eurobic/Abanca pretende encerrar 24 balcões devido à sua proximidade geográfica com outros, resultando num excedente de 60 trabalhadores na área comercial, pelo que abriu um processo de adesão voluntária a RMA e pré-reformas. Os Sindicatos da UGT aconselharam os trabalhadores abrangidos a consultarem os respetivos serviços jurídicos antes de tomarem qualquer decisão

INÊS F. NETO



O EuroBic/Abanca comunicou ao MAIS, SBN e SBC, em reunião realizada no dia 15 deste mês, que após mapeamento da área comercial decidiu encerrar 24 balcões devido à sua sobreposição geográfica com outros. Nesse sentido, o Banco vai implementar um programa de rescisões por mútuo acordo (RMA) e de pré-reformas, a que poderão candidatar-se voluntariamente todos os trabalhadores da área comercial interessados em deixar o grupo, sendo dada preferência aqueles alocados aos balcões a encerrar.

Nesta fase, os trabalhadores devem manifestar o seu interesse em aderir ao programa junto da DRH, e posteriormente as propostas serão analisadas caso a caso.

O Banco adiantou aos Sindicatos que o objetivo é a rescisão com 60 trabalhadores, existindo 10 vagas para pré-reformas. Foi dado aos trabalhadores um prazo para comunicar o seu interesse – entre os dias 15 e 19 de setembro – e o Banco comprometeu-se a enviar aos candidatos aceites um convite para reunião no dia 26.

Condições

As condições oferecidas aos trabalhadores nas RMA são as seguintes:

- Acesso ao subsídio de desemprego;
- Indemnização correspondente a 1,5 salários para cada ano de antiguidade;
- Manutenção das condições dos contratos de crédito em vigor;
- Atribuição de um seguro de saúde por 12 meses;
- Serviço de *outplacement* (apoio na procura de novo emprego ou na criação de negócio próprio).

No caso das pré-reformas, para candidatos com idade igual ou superior a 60 anos (a 31 de dezembro de 2025), as condições são:

- Atribuição de uma suspensão do trabalho até à idade legal de reforma mediante o recebimento de 60% do salário;

- Manutenção das atuais condições dos contratos de crédito em vigor.

Aconselhamento

MAIS, SBN e SBC aconselharam os sócios a analisar com cuidado as suas opções de futuro e, antes de assinarem qualquer documento, consultarem os serviços jurídicos do respetivo sindicato para o esclarecimento cabal de todas as condições propostas.

Os Sindicatos da UGT vão manter-se atentos ao processo, não permitindo que qualquer pressão seja exercida sobre os trabalhadores. ▀

Esclarecimentos

Entretanto, alguns trabalhadores fizeram chegar certas dúvidas aos Sindicatos, que foram imediatamente colocadas ao Banco. Eis as respostas:

- Nas candidaturas para celebração de RMA aceites pelo Banco está garantida a atribuição de subsídio de desemprego?

“Sobre a quota de subsídio de desemprego, o Grupo tem quota disponível. Contudo, a decisão da sua atribuição depende da análise de cada candidatura, existindo naturalmente prioridade de análise para as pessoas que estejam alocadas às 24 estruturas afetadas”, esclareceu o Banco.

- Nas condições apresentadas pelo Grupo, nomeadamente no que diz respeito à “compensação correspondente a 1,5 vencimentos por cada ano de antiguidade no Banco”, a contagem da antiguidade corresponde à antiguidade no setor ou no Banco?

“Sobre a antiguidade, será respeitada a antiguidade estabelecida contratualmente. A informação disponível no RH Online poderá não coincidir com a data assumida contratualmente, uma vez que a do RH Online é para efeitos de contagem de diuturnidades. Assim, na primeira reunião será apresentado esse detalhe, podendo as pessoas só questionar por email agora sobre esse aspeto se assim o considerarem”, elucidou o Banco.

Por que a ministra quer penalizar as mulheres?

O anteprojeto de reforma da legislação laboral em matéria de parentalidade tem um alvo central: as famílias. E sendo as mulheres o seu núcleo central enquanto gestantes, mães e principais cuidadoras, Maria do Rosário Palma Ramalho apontou-lhes a “arma” do corte de direitos

INÊS F. NETO



Não somos os únicos a criticar a proposta de reforma da ministra do Trabalho: das centrais sindicais à opinião pública, muitas são as vozes de censura ao seu anteprojeto laboral. A Comissão de Mulheres da UGT “rejeita retrocessos” na parentalidade e “exige respeito” pelos direitos das famílias. Sem surpresa, os patrões aplaudem Palma Ramalho.

Para os bancários, as alterações propostas no que diz respeito à parentalidade recordam os tempos de má memória quando o BCP não contratava mulheres porque elas eram, ou seriam, mães.

Desde então, o papel da mulher no mundo do trabalho evoluiu, os seus direitos aumentaram, as mães trabalhadoras adquiriram mais proteção.

Portugal vive um clima económico favorável, o desemprego é baixo – exceto o jovem, o mais penalizado pela reforma na parentalidade – e há milhares de postos de trabalho por preencher, em diversificadas áreas.

Sentido inverso – e preocupante – regista a demografia, com um acentuado envelhecimento da população.

Então, o que explica o afã da ministra – mulher e mãe de duas filhas – em querer desequilibrar a balança? Em optar por, através da lei, dificultar a conciliação da vida profissional com a familiar, contribuindo, em última análise, para aumentar o fosso geracional e comprometendo ainda mais uma demografia já em risco?

Como pretende a ministra, que também tutela a Segurança Social, cativar os jovens em idade ativa a serem pais, quando as dificuldades só aumentam? Não há creches, o desemprego jovem é alto, os contratos de trabalho vão tornar-se mais inseguros e os direitos parentais diminuídos se o anteprojeto chegar a lei.

Será que o objetivo de Maria do Rosário Palma Ramalho é,

à semelhança de outro anterior governante, apontar-lhes o caminho da emigração?

Propostas mais negativas

Relativamente ao anteprojeto de lei quanto à parentalidade, sublinhe-se as críticas da UGT:

- Regime do **luto gestacional** para ambos os progenitores: representa uma perda inaceitável de dignidade, proteção e reconhecimento do sofrimento vivido em situações de perda gestacional;
- Burocratização de regimes: prejudica o exercício de direitos, como na dispensa para **amamentação**, considerando estas alterações profundamente discriminatórias. A alteração ignora recomendações internacionais e enfraquece o direito ao cuidado numa fase particularmente sensível da vida familiar;
- Flexibilidade horária: deve ser um direito para trabalhadores com responsabilidades familiares, sem estar subordinado à lógica produtivista das entidades empregadoras. A **conciliação** entre vida profissional e familiar não pode depender exclusivamente do critério do empregador;
- Clareza na redação de propostas: as medidas relativas à **licença parental inicial** e à eventual **obrigatoriedade de partilha** da componente facultativa entre os progenitores não podem traduzir-se em obstáculos adicionais para as mulheres ou em novas formas de desigualdade no acesso à parentalidade.

“Não aceitaremos qualquer tentativa de desvalorização dos direitos conquistados. Continuaremos a lutar contra todas as medidas que, sob justificações infundadas, visem subtrair direitos essenciais às mulheres, às mães e às famílias”, conclui a Comissão de Mulheres da UGT. ■



Encontro de gerações

Avós, filhos e netos desfrutaram de um dia especial no Badoca Safari Park, partilhando em família experiências emocionantes e muito divertidas na descoberta do fascinante mundo dos animais

INÊS F. NETO

A ideia foi excelente e a receptividade dos sócios provou-o. Com o objetivo de assinalar o Dia dos Avós, a Comissão de Igualdade (CI) do Mais Sindicato organizou um dia dedicado à família, num verdadeiro encontro intergeracional.

Cerca de uma centena de pessoas, entre avós, pais e netos, respondeu ao repto da Comissão de Igualdade e marcou presença no Badoca Park no dia 26 de julho para participar nas diversas atividades disponíveis. Cristina Trony, Nuno Valente, Ana Milho e Rui Lavoura, membros da CI, acompanharam os sócios durante a visita.

Com muita alegria e boa-disposição, três gerações aproveitaram ao máximo momentos de partilha e descoberta, participando de experiências únicas, como um emocionante safari de comboio pelo parque, admirando os animais, entre os quais girafas, zebras, gnus, órix, hienas, palancas e elandes.

Houve ainda tempo para observar o voo das aves de rapina e aprender com os tratadores os seus comportamentos naturais; ou assistir à apresentação de répteis: tartarugas, iguanas, serpentes e lagartos despertaram os mais contraditórios afetos.



E claro, não faltaram os amorosos lémures, com as suas piruetas e tropelias que encantaram miúdos e graúdos. Durante o tempo livre, pais e avós seguiram as crianças por circuitos pedestres em busca de gansos, cegonhas, cangurus e suricatas, entre muitos outros. Sem esquecer a quintinha, com os seus ternurentos póneis, os cavalos e os burros, além das cabras e galinhas...

A manhã de aventuras ao ar livre culminou num bem-vindo almoço-convívio, para recuperar a energia despendida e trocar experiências.

No final de um dia repleto de alegria e emoção que reforçou os laços familiares, todos partilhavam a mesma certeza: a vontade de repetir. 🍷



Cursos de valorização artística

Encerrar com beleza...

Uma profusão de cor, géneros artísticos, formas e texturas preencheram a Sala Cinzenta no regresso da exposição de trabalhos dos cursos de valorização artística. Os parabéns aos artistas foram absolutamente merecidos

INÊS F. NETO

O início de junho proporcionou um duplo regresso: da exposição final das obras realizadas ao longo do ano nos cursos de valorização artística promovidos pelo Pelouro de Formação e a sua apresentação na sede do Sindicato. A interrupção forçada pelo Covid-19 de certa forma desmotivou formadores e alunos e durante algum tempo a tradicional exposição final de trabalhos não se realizou, razão por que a mostra deste ano teve um significado especial. "Esta é uma iniciativa que realizamos há anos, aliás com mais pompa e circunstância, mas interrompemo-la devido à pandemia e essa interrupção desmotivou-nos um pouco. Agora voltamos a realizá-la, embora ainda não com a

dimensão anterior habitual", referiu o presidente do MAIS na sua inauguração.

Apesar de limitada à Sala Cinzenta, a exposição teve a solenidade merecida, com direito ao corte de fita a assinalar a abertura. A honra coube a António Fonseca e a Tânia Maltez, que tiveram de "lutar" com uma tesoura desafiante e sem vontade de colaborar.

A coordenadora do Pelouro de Formação – de que também faz parte Mónica Gomes – sobre o qual recai a promoção dos cursos, salientou a qualidade das obras, recordando que os seus autores "estiveram o ano todo a trabalhar para nos mostrar o que aprenderam".

Também António Fonseca frisou o trabalho desenvolvido por todos os envolvidos: "Os cursos de valorização artística são frequentados ao longo do ano e de certeza que ao chegar à exposição os alunos estão orgulhosos do que aprenderam e conseguem fazer – e nós estamos solidários convosco." E por isso "o Sindicato continua a apostar esta iniciativa e está disponível para apoiar-vos", acrescentou.

O presidente fez questão de afiançar aos professores, alunos e a todos os sócios que "não vamos deixar morrer esta iniciativa e garantimos que no próximo ano vamos fazer uma exposição maior."

Belos quadros executados com diversas técnicas de pintura ou desenhados a carvão, candeeiros e outras peças em vitral, minuciosos registos, fotografias, cadeiras e pequenos móveis de madeira restaurados a parecerem novos estiveram expostos aos olhares dos visitantes, exemplos dinâmicos do cruzamento dos ensinamentos de cada curso com a veia artística de cada aluno.

A exposição foi ainda um momento de convívio entre todos: sócios, formadores, alunos e dirigentes sindicais.

No final, António Fonseca resumiu em palavras o sentimento dos presentes: "Parabéns a quem produz peças com tanta beleza e obrigado pelo vosso empenho." 🍷





...e começar de novo

O outono traz o início do novo ano formativo. É tempo de (re)começar a desenvolver a criatividade que há em si, aprendendo as técnicas da arte que mais o satisfaz. Com uma oferta tão variada, difícil é selecionar. As inscrições estão abertas

Os cursos de formação artística estão de volta: as aulas iniciam-se já na semana de 6 de outubro. O Pelouro de Formação e os formadores têm tudo preparado para receber os artistas, sejam eles de primeira viagem ou repetentes a quererem aprender mais.

No ano letivo 2025/26 mantêm-se disponíveis as mesmas opções do ano anterior, que provaram ser as favoritas dos sócios. Todos os cursos decorrerão na sede do Sindicato, na rua de S. José, exceto a oficina de fotografia, que mais uma vez funcionará nas instalações da UGT, na Ameixoeira, em horário pós-laboral.

Encadernação ou restauro de livros, desenho, técnicas de pintura ou pintura de aquarela ou em porcelana, vitral ou restauração de madeira... são 11 formações à escolha (ver quadro).

O preço de inscrição é €5 para sócios e cônjuges e de €10 para outros familiares (quem pretenda frequentar mais do que um curso apenas paga o custo de uma inscrição). O valor das modalidades é de €37 para os primeiros e €40 para os restantes.

Os cursos de valorização artística são muito disputados pelos sócios, por isso seja rápido a inscrever-se!

Para inscrições ou mais informações envie um email para administrativa@mais.pt 

Este ano a minha escolha é...

Cursos de Valorização Artística

Curso	Formador	Dias / Horários	Local
Desenho	Sofia Isabel Varges	5.ª Feira - 10h às 12h	Rua de São José
Encadernação	Paula Cristina Pires	3.ª Feira - 10h às 12h e 13h às 15h	Rua de São José
Restauro de Livros	Paula Cristina Pires	3.ª Feira - 15h às 17h	Rua de São José
Restauro de Madeira	Maria Fátima Simôa	2.ª Feira - 11h às 13h e 14h30 às 16h30	Rua de São José
Registos	Maria Fátima Simôa	5.ª Feira - 11h às 13h e 14h30 às 16h30	Rua de São José
Pintura em Aquarela, Acrílico e outros	Esmeralda Leal	2.ª Feira - 14h30 às 16h30	Rua de São José
Pintura de Porcelana	Maria Graça Cravo	4.ª Feira - 10h às 12h e 14h às 16h	Rua de São José
Restauro de Louça	Conceição Pereira	3.ª Feira - 11h às 13h e 14h30 às 16h30	Rua de São José
Técnicas de Pintura	Ângela Dias	3.ª Feira - 11h às 13h	Rua de São José
Fusing / Vital	Vítor Cravo	4.ª Feira - 10h às 12h e 14h às 16h	Rua de São José
Oficina de Fotografia	Bruno Mendes	3.ª Feira - 17h30 / 19h30 (Pós-laboral)	Ameixoeira (Instalações da UGT)



Angra do Heroísmo recebe Jornadas da Juventude

O evento pretende aproximar o Sindicato dos jovens açorianos no sentido de ouvir a sua voz e perceber as questões inerentes ao trabalho bancário no arquipélago

PEDRO GABRIEL

As III Jornadas da Juventude dos Açores vão realizar-se entre os dias 24 e 26 de outubro, no Hotel Azoris Angra Garden, em Angra do Heroísmo.

O primeiro dia servirá para o primeiro contacto entre os membros da Comissão da Juventude, Tânia Maltez, Luís Roque e Tomás Teixeira, e os jovens, que será feito durante o jantar no hotel.

No sábado, estão previstos dois painéis de debate, o primeiro subordinado ao tema "Conhece melhor o teu Sindicato" e o segundo intitulado "O Mais Sindicato nos Açores".

Após um *coffee break*, os jovens vão fazer o *workshop* "Motivação, Liderança e Gestão de Equipas", lecionado

pela formadora Paula Mota Ferreira. No final da ação os jovens vão ser capazes de identificar fatores críticos de sucesso das equipas e valorizar o papel de cada elemento numa organização.

Os trabalhos concluem-se com a sessão de encerramento, que está agendada para as 17h00.

Lazer

Mas as Jornadas não se compõem apenas de temas sérios, havendo também espaço para o lazer. Os jovens vão ter oportunidade de conviver durante o jantar de sábado e no dia seguinte está marcada uma visita turística pela ilha. Após o almoço far-se-á a despedida dos participantes, desejando-se que todos regressem ao seu local de trabalho mais enriquecidos com a experiência. ■

Reforma laboral proposta pelo Governo

Mais poder unilateral do empregador, menos força dos trabalhadores

Se este projeto avançar, deixará um legado simples: mais rotatividade barata, menos contratação coletiva, greves estéreis e um convite ao despedimento estratégico. Os novos tempos exigem a união dos trabalhadores e o reforço do peso dos sindicatos como os principais focos de combate à supressão e diminuição de direitos que está em curso

SERVIÇOS JURÍDICOS*



No passado mês de julho de 2025 foi tornada pública, pela Sr.^a ministra do Trabalho, a proposta do Governo de reforma da legislação laboral denominada Trabalho XXI. No seio dos Serviços Jurídicos do Sindicato analisámos o documento e partilhamos, neste espaço com os sócios do MAIS, o nosso entendimento sobre algumas das questões mais significativas da proposta.

Desde já se refira, sem qualquer preconceito ideológico e sem qualquer juízo de valor relativamente ao mérito do documento, que estamos perante um projeto que, objetivamente, recua em vez de aprofundar a Política do Trabalho Digno e que reforça o poder e os direitos dos empregadores na mesma medida que fragiliza e suprime direitos aos trabalhadores.

Esta é a ambição, assumo-se, do pacote Trabalho XXI, aprovado em Conselho de Ministros, que procura associar a ideia de liberalização do mercado de trabalho, entenda-se menos direitos para a classe trabalhadora, a uma ideia de modernização e desenvolvimento. Sinais dos tempos...

Ou seja, na substância, desloca o pêndulo: mais poder unilateral do empregador, menos força dos trabalhadores e das suas organizações.

A nossa referência não é retórica: Constituição da República — artigos 53.º, 56.º, 57.º, 59.º, 67.º, 68.º e 20.º. É com estes alicerces que avaliamos o projeto.

Assim, deixamos seis movimentos concretos — enumerados, explicados e com o respetivo antídoto.

1) Normalização da precariedade

O termo certo estica até três anos (máximo três renovações) e o incerto até cinco. Soma-se a "muito curta duração" (até 35 dias/ano, com tetos setoriais que podem chegar a 70).

Resultado: vidas suspensas. Quem salta de termo em termo não planeia família, não tira crédito, não investe em qualificação. Isto inverte a regra do contrato sem termo.

Antídoto: fundamentos para o contrato a termo estritos, contagem de antiguidade sucessiva entre contratos para compensações e direitos, e travão à rotatividade artificial.

2) Tempo de trabalho elástico por regulamento

Regressa o banco de horas "individual"/"grupal": +2 horas/dia, 50/semana, 150/ano; a versão "grupal" impõe-se a todos com $\geq 75\%$ de adesões. Em demasiados locais, "adesão" significa pressão.

O tempo de vida não é argamassa gratuita: o tempo é salário invisível.

Antídoto: banco de horas apenas via convenção coletiva, com previsibilidade real (antecedência mínima séria, mapas de horário transparentes) e auditoria da ACT quando se atingem patamares elevados.

3) Compressão do direito à greve

Alargam-se serviços mínimos a áreas que não são verdadeiramente impreteríveis (cuidados generalistas, abastecimento alimentar, segurança privada em infraestruturas).

Uma greve com mínimos por atacado é um simulacro administrativo.

Antídoto: mínimos estritamente para vida, saúde e segurança, com fundamentação reforçada e teste de proporcionalidade caso a caso.

4) Enfraquecimento da contratação coletiva

Facilita-se a caducidade das convenções, encurta-se a sobrevivência e elimina-se a arbitragem obrigatória nos bloqueios.

O resultado previsível é deserto convencional e individualização assimétrica.

Antídoto: reforçar ultratividade útil (tempo suficiente para negociar de boa-fé), reinstalar mecanismos públicos de mediação/arbitragem que evitem a caducidade oportunista



e premiar (nas políticas públicas) quem negocia e atualiza CCT com substância.

5) Barateamento do despedimento ilícito

Abre-se a porta para excluir a reintegração por “grave perturbação” e substituí-la por indemnização; exige-se caução a quem pede reintegração após despedimento coletivo; reintroduz-se a quitação (remissão abdicativa) no momento de maior vulnerabilidade. Combinado com o que se segue, o sinal é este: vai passar a valer a pena arriscar fazer despedimentos ilegais, concretizando o adágio popular: “o crime vai passar a compensar.”

Antídoto: reintegração como regra, “grave perturbação” apenas com prova qualificada e controlo judicial apertado; sem caução; qualquer quitação só com garantias materiais (informação, prazo de reflexão, assistência efetiva) e controlo judicial.

6) “Despedir e externalizar”

Reabre-se a possibilidade de externalizar as mesmas funções logo após despedimentos coletivos. Muda o crachá, não muda o posto. Isto contorna a exigência material do despedimento coletivo e fere o art.º 53.º da Constituição (segurança no emprego).

Antídoto: proibição de externalização das funções por cinco anos após despedimento coletivo ou extinção de posto, salvo impossibilidade técnica comprovada e controlo judicial.

Tendo já sido anunciado, pelo Governo, o recuo nas propostas que visavam alterar o regime da parentalidade e do luto gestacional, não o analisaremos aqui.

Flexibilização

Feito este diagnóstico surgem, naturalmente, entre outras, as seguintes questões:

- A flexibilização não é necessária no atual mercado de trabalho?

Diremos que sim, é necessária desde que existam contrapesos coletivos.

Uma coisa é flexibilidade negociada entre empregadores e trabalhadores, outra bem diferente é disponibilidade permanente imposta por regulamento interno.

Flexibilidade sem previsibilidade desvaloriza salários reais, causa exaustão e aumenta a sinistralidade.

Despedimento ilícito

- A reintegração de um trabalhador despedido ilicitamente, é impraticável?

Admitimos que nalguns casos, raros, pode ser, de facto, impraticável e para esses casos o juiz dispõe já hoje de instrumentos para tal.

O que esta alteração vai provocar é transformar a exceção em regra indemnizatória, baratear a ilicitude e incentivar o despedimento estratégico.

Direito à greve

- A existência de mínimos mais amplos no direito à greve protege o público?



Sim, quando são impreteríveis. O que for para lá do âmbito do direito à vida, à saúde e à segurança é, na prática, esvaziar um direito constitucional.

Uma greve que não pode produzir efeito morre na lei.

Modernizar não é desproteger

Não é uma discussão ideológica. É economia real.

Mercados de trabalho que conciliam produtividade com direitos retêm talento, reduzem acidentes, estabilizam equipas e melhoram qualidade. Modernizar não significa desproteger; flexibilizar não é precarizar; negociar não é ceder, é civilizar o conflito.

Se este projeto avançar, deixará um legado simples: mais rotatividade barata, menos contratação coletiva, greves estéreis e um convite ao despedimento estratégico.

Reforma, sim. Mas constitucional e equilibrada.

Flexibilidade com contrapesos. Produtividade com direitos. Não por bravura oratória — por vontade de futuro.

Estes são os novos tempos que, como é bom de ver, não dispensam, antes pelo contrário, a união dos trabalhadores e o reforço do peso dos sindicatos como os principais focos de combate à supressão e diminuição de direitos que está em curso.

Essa luta depende do empenho de todos!!

** Este artigo foi elaborado pelos advogados do Mais Sindicato*



Fundo de Pensões Novobanco

Níveis de solvência superiores

No âmbito das suas funções, a Comissão de Acompanhamento analisou o Relatório Atuarial e o Relatório e Contas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Novo Banco relativos ao exercício de 2024

PEDRO GABRIEL

O Fundo de Pensões do Novo Banco (NB) é gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo o Novo Banco o único Associado. Fazem parte do Fundo cinco planos de benefício definido: Plano

Base, Plano Complementar, Plano Administradores, Plano Complementar CD e Plano CD ex-BIC.

População

O **Quadro 1A** diz respeito ao Plano Base, onde o número total de participantes/beneficiários aumentou

0,5% (1,12% em 2023). Os ativos com menos de 65 anos aumentaram 0,3% (3,16% em 2023).

O número de ex-participantes com direitos adquiridos passa de 1070 em 2023 para 1080 em 2024 (0,9%) (0,94% em 2023). Constatam-se ainda aumentos na



Quadro 1A População Plano Base

Plano Base	Número		
	2024	2023	Var%
Ativos com mais de 65 anos	0	0	-
Ativos com menos de 65 anos	3993	3983	0,3%
População ACT	2601	2702	-3,7%
População RGSS	1392	1281	8,7%
Ex-Participantes Direitos Adquiridos (CL 98)	1080	1070	0,9%
Invalidez e invalidez presumível (velhice)	5523	5510	0,2%
Sobrevivência (cônjuges)	1423	1391	2,3%
Sobrevivência (órfãos)	91	91	0,0%
Total	12110	12045	0,5%

Plano Base	Idade média		TSP médio		Salário/Pensão (média anual euros)		Var %
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	24/23
Ativos com mais de 65 anos							
Ativos com menos de 65 anos	47	47	19	19	38 424	37 180	3,35%
População ACT	51	50	25	23	39 733	38 365	3,57%
População RGSS	41	41	8	8	35 977	34 681	3,74%
Ex-Participantes com Direitos Adquiridos	51	50			24 804	24 127	2,81%
Invalidez e invalidez presumível (velhice)	74	73			21 499	21 132	1,74%
Sobrevivência (cônjuges)	79	78			11 368	10 616	7,08%
Sobrevivência (órfãos)	31	30			6 223	5 563	11,86%
Total plano Base							

TSP= Tempo de Serviço

foi de 2,74% (4,2% em 2023). Por categorias temos os seguintes crescimentos:

- 3,35% nos ativos com menos de 65 anos;
- 2,81% nos ex-participantes com direitos adquiridos;
- 1,74% nos inválidos e velhice;
- 7,08% nos sobreviventes cônjuges;
- 11,86% nos órfãos.

No Plano Complementar, o número de beneficiários diminui -0,50% (-0,48% em 2023) com a invalidez e velhice a reduzirem -2,90% (-1,74% em 2023). A sobrevivência de cônjuges aumenta 17,30% (10,11% em 2023), a invalidez e velhice diminui -1,88% (-9,5% em

2023) e a sobrevivência de cônjuges aumenta 1% (12,5% em 2023).

(Quadro 1B)

Responsabilidades

O método utilizado para avaliar e financiar as responsabilidades e para calcular a taxa de contribuição normal para o ano seguinte foi o Projected Unit Credit. O cenário mínimo de solvência coincide com o cenário de financiamento.

De acordo com a informação do relatório atuarial, as responsabilidades no Plano Base são as espelhadas no **Quadro 2A**. Deste montante, 89.694.601 ►

Invalidez e invalidez presumível em 0,2% (-0,97% em 2023) e na sobrevivência de cônjuges, 2,3% (3,42% em 2023); O número de órfãos manteve-se (91).

A idade média ponderada aumentou 1,1% (-0,15% em 2023) e a variação do salário médio/prestação média

a 100%



euros (89.937.066 euros em 2023) correspondem a responsabilidades com o SAMS e 3.489.255 euros (3.427.263 euros em 2023) correspondem a responsabilidades

com o pagamento de subsídios de morte. O montante das Responsabilidades aumenta 3,94% (23% em 2023) sendo a distribuição feita da seguinte forma:

3,18% nos Reformados por invalidez e velhice; 9,63% na Sobrevivência de Cônjuges; 13,13% na Orfandade. O **Quadro 2B** reflete as responsabilidades do Plano Complementar, com uma redução de -7,28% (-5,22% em 2023). Constatase igualmente uma diminuição de -8,91% nos reformados por invalidez e velhice e de -3,04% nos Órfãos e um aumento de 12,30% na Sobrevivência Cônjuges.

Distribuição

No **Quadro 3** é possível verificar a repartição do Fundo por Planos. O peso do Plano Base passa de 88,3% para 88,4%. O valor decresce 1,3% (9,81% em 2023). O peso do Plano Complementar passa de 5,3% para 4,4% decrescendo 18% em valor (+3,88% em 2023). O Plano CE - Parcela Indivisa passa de 5,2% para 5,5% crescendo em valor

Quadro 1B Plano Complementar

	Número		Var %	Idade média		Salário/Pensão (média anual euros)		Var%
	2024	2023	24/23	2024	2023	2024	2023	24/23
Total Plano Complementar								
Ativos								
Invalidez e invalidez presumível (velhice)	715	736	-2,90%	78	77	9704	9890	-1,88%
Sobrevivência (cônjuges)	115	98	17,30%	77	77	6738	6671	1,00%
Sobrevivência (órfãos)	1	1	0,00%	50	49	4190	4190	0,00%
Total	831	835	-0,50%					

Quadro 2 A Responsabilidades Plano Base

Plano Base (valores em euros)	2024	2023	Var. (%) 24/23
Reformados por invalidez e invalidez presumível (velhice)	1 009 599 737	978 491 738	3,18%
Sobrevivência (cônjuges)	129 711 786	118 315 176	9,63%
Sobrevivência (órfãos)	7 809 674	6 842 920	14,13%
TOTAL	1 147 121 197	1 103 649 834	3,94%

Quadro 2 B Responsabilidades Plano Complementar

Plano Base (valores em euros)	2024	2023	Var. (%) 24/23
Reformados por invalidez e invalidez presumível (velhice)	61 389 978	67 395 870	-8,91%
Sobrevivência (cônjuges)	6 277 293	5 589 792	12,30%
Sobrevivência (órfãos)	92 812	95 722	-3,04%
TOTAL	67 760 083	73 081 384	-7,28%

Quadro 3 Repartição do Fundo por Planos

Unidade: euro

	Valor 2024	Valor 2023	Var%
Plano Base (ACT e Bic)	1 454 273 693	1 473 610 253	-1,3%
Plano Complementar	72 483 020	88 352 203	-18,0%
Plano Administradores- CE NB	24 409 149	15 503 567	57,4%
Plano Administradore- CE- BES	2 434 340	3 065 613	-20,6%
Plano CE - Parcela Indivisa	90 229 955	86 609 920	4,2%
Plano Complementar CD	1 909 296	1 832 695	4,2%
Plano CD ex-BIC	191 773	184 079	4,2%
TOTAL	1 645 931 227	1 669 158 330	-1,4%

	Valor	Peso	Valor	Peso
Plano Base (ACT e BIC)	1 454 273 693	88,4%	1 473 610 253	88,3%
Plano Complementar	72 483 020	4,4%	88 352 203	5,3%
Plano CE - NB	24 409 149	1,5%	15 503 567	0,9%
Plano CE - BES	2 434 340	0,1%	3 065 613	0,2%
Plano CE - Parcela Indivisa	90 229 955	5,5%	86 609 920	5,2%
Plano Complementar CD	1 909 296	0,1%	1 832 695	0,1%
Plano CD ex-BIC	191 773	0,0%	184 079	0,0%
TOTAL	1 645 931 227	100,0%	1 669 158 330	100,0%

Quadro 4 Nível de Financiamento Global

Unidade: euro

Total do FUNDO (Associado NB)	Financiamento 2024	Financiamento 2023	Var%
Valor do património do fundo, quota-parte BD, em 31/12/2024	1 551 165 862	1 473 610 253	5,3%
Responsabilidades	1 596 975 393	1 466 771 691	8,9%
Reformados	1 238 995 267	1 103 649 834	12,3%
Nível de financiamento dos reformados	100%	100,00%	0,0%
Ex-participantes com Direitos Adquiridos	57 310 966	56 389 774	1,6%
Nível de financiamento dos reformados	100%	100,00%	0,0%
Ativos - Serviços passados	300 669 161	306 732 083	-2,0%
Nível de financiamento dos ativos	85%	102,23%	-17,0%
Nível de financiamento das responsabilidades	97%	100,47%	-3,4%
(Défice) /Excesso de financiamento	- 45 809 531	6 838 562	-769,9%
Responsabilidade total	1 636 003 538	1 511 824 264	8,2%
Nível de financiamento da responsabilidade total(*)	95%	97,47%	-2,7%

*Inclui serviços futuros no valor de 39028146 euros.

4,2% (15,93% em 2023). As restantes parcelas têm pesos abaixo de 1%. O total do Fundo decresce -1,4%. Os níveis de financiamento degradaram-se em relação a 2023. O nível de financiamento dos reformados e pensionistas é de 100%. O nível das responsabilidades

dos ativos passa de 102,23% em 2023 para 85%. O nível das responsabilidades totais é de 95% (97,5% em 2023). Verifica-se que o Plano Base não dá cumprimento ao estabelecido, apresentando um défice de 32.928.623 euros nos serviços

passados de ativos. Os Planos Complementar e Administradores CE-NB revelam excesso de financiamento. O fundo, como um todo, e considerando apenas 95% das responsabilidades da população ativa, apresenta um rácio de cobertura de 98,2%. **(Quadro 4)** 



Consolidar o SAMS e proteger os beneficiários

O recurso de beneficiários a entidades externas consumiu 45% do financiamento do SAMS em 2024 – uma despesa que compromete a consolidação do subsistema dos bancários. Utilizem a rede interna, apela o Conselho Executivo

INÊS F. NETO

O “impacto financeiro expressivo” que representa o recurso a entidades privadas de saúde em detrimento dos serviços internos levou o Conselho Executivo do SAMS a escrever uma carta a todos os beneficiários, explicando a situação e expondo as vantagens de privilegiar a rede própria – para o sistema e para os utilizadores.

Como é frisado, a rede do SAMS tem excelentes profissionais, tecnologia de ponta e os atos clínicos têm um custo bastante inferior para os beneficiários, além de não onerarem o subsistema.

A Mais Bancário reproduz a carta dirigida a todos:

Caro(a) Beneficiário(a),

O Conselho Executivo do SAMS tem vindo a assumir o compromisso de construir “um SAMS forte e consolidado”.

Esta mensagem visa reforçar a importância de todos os beneficiários – e respetivas famílias – utilizarem, de forma consciente e responsável, a rede própria do SAMS, criada especificamente para servir os bancários. O SAMS distingue-se por dispor de uma rede própria de prestação de cuidados de saúde, amplamente reconhecida pela sua qualidade, cuja missão principal é estar ao serviço dos seus beneficiários.

Apesar dos esforços contínuos das equipas do SAMS para internalizar os atos clínicos – como consultas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, e cirurgias – tem-se verificado um aumento significativo da procura de prestadores externos.

Este desvio crescente para grupos privados de saúde tem provocado no nosso subsistema um impacto financeiro expressivo. De acordo com o Relatório e Contas de 2024, os encargos com atos clínicos realizados fora da rede ascenderam a 45% do financiamento do subsistema.

Importa sublinhar que a rede própria do SAMS já comporta custos fixos com profissionais altamente qualificados e investimentos em tecnologia de ponta, precisamente para garantir um serviço de excelência. Ao utilizar a rede SAMS está a reduzir o seu encargo e simultaneamente os custos do subsistema.

Além disso, os atos clínicos realizados fora da rede são, na maioria dos casos, substancialmente mais dispendiosos – tanto para os beneficiários como para o próprio SAMS.

Assim, apelamos à consciência de todos: privilegie a utilização da rede própria do SAMS. Só com o compromisso coletivo será possível garantir a sustentabilidade do sistema, consolidar o SAMS e proteger os direitos e benefícios de todos os seus utilizadores.

O Conselho Executivo do SAMS

Três unidades do Hospital
classificadas com nível máximo

3x Ótimo!

A mais recente atualização dos níveis de certificação do SAMS trouxe resultados muito positivos: três das 13 unidades alcançaram o nível ótimo. São elas as de internamento em Medicina, internamento em Cirurgia e o laboratório de Microbiologia Clínica. O objetivo seguinte é certificar o Hospital como um todo

INÊS. F. NETO



Um momento da
cerimônia de Certificação

São boas novidades para todos: a mais recente avaliação ao SAMS atualizou a certificação de 13 unidades, três das quais alcançaram o nível máximo, "ótimo".

Para beneficiários e utentes representa maior segurança, confiança nos cuidados prestados, redução de riscos e envolvimento ativo na melhoria dos serviços. Sobretudo, reafirma o compromisso do SAMS em colocar o doente no centro das decisões clínicas e organizacionais, assegurando que cada melhoria implementada tem como prioridade a qualidade da experiência e dos resultados em saúde.

Para a instituição, a certificação traz vantagens também, como o reforço da sua credibilidade, melhoria da gestão e a certeza de estar a trilhar um bom caminho e de contar com profissionais competentes.

Nos últimos anos, o SAMS tem vindo a consolidar-se como uma referência nacional na prestação de cuidados de saúde, com enfoque na qualidade – e isso tem sido reconhecido por entidades externas e independentes, como a Direção-Geral da Saúde (DGS) e o Bureau Veritas, através da certificação de várias unidades clínicas e técnicas. Recorde-se que as certificações assentam numa Política Integrada de

Gestão da Qualidade, Risco Clínico e Segurança do Doente, fundamentada em normas nacionais e internacionais, evidência científica e recomendações de organismos de referência, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a DGS. Esta política promove a formação contínua, a monitorização através de indicadores de qualidade e segurança, e o fortalecimento de uma cultura de aprendizagem organizacional. Assim, o SAMS reforça o seu compromisso com a qualidade e

a segurança do doente através da certificação de múltiplas unidades, tendo sempre como prioridade garantir cuidados de saúde cada vez mais seguros, eficazes e humanizados, centrados na pessoa e orientados para os seus valores, necessidades e expectativas.

Numa visão de futuro, o SAMS pretende ver mais unidades certificadas, mas também está a trabalhar para que o seu Hospital alcance a certificação como um todo, incluindo todos os serviços e não apenas unidades individualizadas. ▶

Certificações do SAMS

Unidade Certificada	Referencial Normativo	Resultado Obtido
Unidade de Internamento de Medicina	ACSA - DGS	Nível Ótimo
Unidade de Internamento de Cirurgia	ACSA - DGS	Nível Ótimo
Laboratório de Microbiologia Clínica	ACSA - DGS	Nível Ótimo
Unidade de Endoscopia Digestiva	ACSA - DGS	Nível Bom
Bloco Operatório - Hospital	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Medicina Transfusional	ACSA - DGS	Nível Bom
Serviços Farmacêuticos	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Anatomia Patológica	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Oftalmologia	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Imagiologia	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Medicina Intensiva	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Cardiologia	ACSA - DGS	Nível Bom
Unidade de Saúde Oral	NP EN ISO 9001:2015	Certificação Atribuída



Políticas de inclusão

Os desafios das transições verde e digital estão a transformar a Europa a vários níveis. Numa altura em que a ajuda estatal começa a chegar aos privados, este processo de transformação carece de condicionantes que evitem a captura por parte das grandes empresas e reforcem a legitimidade democrática. Neste artigo, de que a Mais Bancário publica agora a primeira parte, o economista e professor universitário austríaco defende que o cidadão deve estar no centro das decisões. A segunda parte será publicada na próxima revista

WERNER RAZA*



para um futuro verde - I

As transformações verde e digital vão produzir mudanças profundas nos nossos modos de produção e de consumo, e até mesmo em todo o nosso estilo de vida. Ao longo desta jornada transformadora, alguns segmentos da sociedade beneficiarão bastante, enquanto outros – especialmente um grande número de trabalhadores em indústrias em declínio – serão afetados negativamente, pelo menos durante o período transitório das próximas duas a três décadas. Portanto, qualquer que seja a motivação específica da política industrial, para ser aceita pelos stakeholders da

sociedade, deve ser considerada legítima por aqueles a quem afeta.

Dada a incerteza fundamental do processo e as preocupações sociais associadas, o apoio político sustentado depende fundamentalmente de uma visão positiva, senão otimista, do futuro. Os cidadãos e trabalhadores afetados precisam de ser convencidos de três pontos essenciais: primeiro, que a dupla transformação não é apenas necessária, mas também desejável para o futuro; segundo, que são partes interessadas genuínas neste processo, com uma ►

oportunidade significativa de moldar a sua direção; e terceiro, que as suas aspirações e preocupações sejam levadas em consideração, garantindo que a distribuição de benefícios e custos durante a transformação permaneça justa e equilibrada.

Três pilares**

Estes três requisitos para uma abordagem política legítima na gestão da dupla transformação podem ser fundamentados através de três conceitos da teoria política: hegemonia, legitimidade de entrada e legitimidade de saída.

Hegemonia, interpretada aqui no sentido Gramsciano, refere-se à exigência de uma visão de mudança – ou grande narrativa – subjacente à gestão política da dupla transformação, que consiga convencer as pessoas e angariar apoio ativo da sociedade civil. Tal visão deve inspirar esperança e otimismo por um futuro melhor, não apenas a aceitação de mudanças inevitáveis.

Além desse elemento ideacional, o apoio no nível macro, e particularmente no nível micro, do local de trabalho e da família torna-se mais provável quando combinado com dois outros elementos.

A legitimidade de entrada implica que cidadãos e trabalhadores tenham uma participação genuína no processo e uma oportunidade significativa de expressar os seus interesses e preocupações.

A legitimidade de saída implica que os instrumentos e políticas empregados cumpram mesmo as promessas do processo de transformação e que os custos sociais decorrentes do processo sejam gerenciados de forma eficaz e equilibrada. A legitimidade de entrada e de saída funcionam como forças complementares. Embora o equilíbrio entre elas possa mudar durante as diferentes

fases do processo, ambas devem ser continuamente empregues para garantir e manter a legitimidade.

Mudança de paradigma

As intervenções da política industrial assumem diferentes formas, mas podem ser categorizadas, grosso modo, em três tipos principais: transferências financeiras (incluindo subsídios, empréstimos preferenciais, garantias e capital público), impostos e tarifas, e regulamentação (abrangendo disciplinas e proibições).

O arcabouço político neoliberal predominante nas últimas quatro décadas, conforme codificado, por exemplo, nas regras de concorrência e auxílios estatais da União Europeia, demonstrou, em geral, uma postura restritiva em relação às transferências públicas para o setor privado. Os subsídios necessitavam de justificação especial e eram permitidos apenas para algumas exceções específicas, incluindo pesquisa e inovação, desenvolvimento regional e fins sociais específicos. Os principais argumentos económicos contra os subsídios enfatizavam distorções competitivas, comportamento de procura de renda e risco moral – particularmente no caso de resgates corporativos financiados pelo Estado.

O mais tardar, com a chegada da pandemia do coronavírus em 2020 e a guerra na Ucrânia desde 2022, essa situação mudou significativamente. Tanto a UE quanto a maioria dos Estados-membros iniciaram programas de financiamento em larga escala, incluindo doações substanciais a empresas privadas. Motivados pelos desafios da dupla transformação, bem como por preocupações com a segurança geopolítica, grandes programas de política industrial foram iniciados em muitos países industrializados, incluindo os Estados Unidos, a União Europeia, a China e o Japão. Esses





Tabela 1 – Condicionantes da Política Industrial

Padrões de desempenho	Controlo corporativo
Cotas de produção, investimento, emprego e exportação	Propriedade pública ou nacional
Normas ambientais e de segurança	Promoção da cooperação intraempresarial ou intrasectorial
Programas de formação e qualificação	Aceitação das regras de negociação coletiva
Requisitos de conteúdo tecnológico ou local	Aceitação de joint ventures
Localização geográfica	Inclusão de diretores independentes
	Divulgação de informações sobre poluição
	Regulamentação dos direitos de propriedade intelectual

Fonte: elaboração do autor, com base em Bulfone, Ergen e Maggor (2024)

programas geralmente visam determinados setores estratégicos, como semicondutores, tecnologias verdes ou telecomunicações. A principal justificação para a mobilização de recursos financeiros públicos significativos para a dupla transformação está relacionada com a influência na direção e na velocidade do investimento privado num contexto de ameaças existenciais decorrentes das mudanças climáticas ou de riscos geopolíticos. As áreas visadas incluem, entre outras, o desenvolvimento da capacidade produtiva nacional em produtos estratégicos, como semicondutores, ou a transição fundamental para a produção de energia baseada em energias renováveis. Predominantemente, isso não é alcançado por meio de medidas de comando e controlo, mas indiretamente, oferecendo incentivos financeiros ao setor empresarial sob a condição de que os fundos públicos sejam usados para atingir um objetivo definido dentro de um prazo determinado. Assim, idealmente, um processo de mudança desejado, como a descarbonização da economia, pode ser catalisado, se não substancialmente acelerado. Na prática, porém, o monitoramento e o controlo do sucesso são frequentemente inexistentes, e as autoridades públicas frequentemente não dispõem de meios eficazes para garantir o cumprimento. Por outras palavras, enquanto as cenouras são abundantes, os paus permanecem visivelmente fracos.

Abrangência

Do ponto de vista da legitimidade democrática, o contrato social implícito subjacente a tal abordagem de política industrial liderada por um Estado empreendedor é violado pelo estado das coisas. Dada a escala e a velocidade exigidas da dupla transformação, o ajuste necessário requer um esforço coletivo que abranja todos os membros da sociedade política, com cada um a contribuir de acordo com as suas capacidades. Os encargos do ajuste que excedem as possibilidades individuais devem

ser compartilhados por toda a comunidade, em particular por meio da oferta de apoio financeiro público quando necessário. Receber dinheiro público, portanto, obriga o beneficiário a honrar a sua parte do contrato social implícito. Isso inclui usar o dinheiro para a finalidade definida, em conformidade com as respetivas condições do quadro legal, e compartilhar quaisquer benefícios eventualmente advindos do investimento, seja com os stakeholders diretos da empresa (ou seja, proprietários e mão-de-obra), seja com o público em geral (por meio de contribuições fiscais, licenciamento gratuito de novos conhecimentos técnicos e mecanismos semelhantes). Numa democracia liberal, atuando como agente coletivo da sociedade, o governo tem a obrigação de implementar tal acordo. Isso normalmente é feito por meio de um contrato de financiamento, que estipula as condições sob as quais o beneficiário tem direito a receber a transferência financeira. Essas condições podem assumir diversas formas, inclusive por meio de padrões de desempenho – metas a serem alcançadas pelo beneficiário em relação à produção, ao investimento ou ao emprego. Além disso, podem ser empregues condições processuais que obriguem o beneficiário a aceitar ou introduzir mudanças no seu sistema de governação corporativa, por exemplo, propriedade pública ou copropriedade, introdução de negociação coletiva ou mecanismos especiais de transparência ou prestação de contas (consultar a Tabela 1 abaixo para uma visão geral abrangente). ■



Werner Raza

*Werner Raza é diretor da Fundação Austríaca para Pesquisa de Desenvolvimento (ÖFSE) em Viena;
**Subtítulos da responsabilidade da Redação.





Uma viagem, quatro países

Um grupo de sócios do Mais Sindicato apanhou um avião para ficar a conhecer os três países que compõem o Benelux e ainda deram um saltinho à Alemanha

PEDRO GABRIEL

Entre os dias 6 e 12 de julho, 20 pessoas, entre sócios do MAIS e respetivos familiares, partiram de Lisboa numa viagem que contemplou visitas a quatro países. João Moreira, da MAG, acompanhou o grupo. Amesterdão foi o primeiro ponto de paragem, com os sócios a visitarem alguns dos monumentos mais emblemáticos como o Palácio Real, a Estação Central, a Igreja Nova, o Museu Van Gogh e a Sinagoga Portuguesa, entre outros. E depois de um passeio a pé pelas principais ruas, embarcaram num cruzeiro pelos famosos canais da capital dos Países Baixos. No segundo dia, o grupo conheceu o interior do Rijksmuseum e continuou numa visita panorâmica de autocarro. Após o almoço, foi tempo de visitar

Zaanse Schans, povoação conhecida pelo conjunto de moinhos ainda em atividade.

In Bruges

No terceiro dia, o grupo saiu de Amesterdão para visitar Roterdão, com a sua Ponte Erasmus sobre o rio Maas, o museu Marítimo, o porto antigo, a catedral de S. Lourenço e as casas cúbicas.

Já na Bélgica, os participantes visitaram a capital da Flandres, Antuérpia, onde se destacaram o castelo Steen, o conjunto arquitetónico da "Grote Markt" e a praça principal dominada pelos 123 metros da torre da Catedral. A noite já foi passada em Bruxelas.

Um dos pontos altos da viagem aconteceu no quarto dia, com a chegada a Bruges, onde os palácios e as ruas medievais obrigaram os telemóveis a tirarem muitas fotografias.

De regresso a Bruxelas, tempo para um passeio a pé no núcleo urbano mais antigo, primeiro para saudar o popular Maneken-pis e terminando na famosa "Grand Place".

No centro das decisões

Com a viagem a aproximar-se do fim, o grupo fez um passeio panorâmico pelos bairros das instituições europeias – o edifício Berlaymont, o Conselho e a Comissão Europeia e o Arco de Triunfo do Cinquentenário.

Após o almoço, visita a Colónia, na Alemanha, famosa pela sua catedral, joia da arquitetura gótica onde, de acordo com a tradição, se encontram as relíquias dos Reis Magos.

O alojamento já foi feito em Koblenz, onde se encontram os rios Reno e Mosela.

Ao sexto dia realizou-se uma viagem de barco ao longo do Rio Reno, onde o grupo pôde admirar as encostas de vinhas de Riesling. O almoço foi feito a bordo e, de seguida, prosseguiu em direção ao vale do Mosela e ao Luxemburgo, capital do Grão-Ducado. Aqui visitaram a praça Guilherme II, a fachada do Palácio Grão-Ducal, a Praça das Armas, a catedral Notre Dame e o planalto do Kirchberg.

No último dia, cansados, mas felizes, os nossos turistas ainda tiveram tempo para umas compras de última hora antes do regresso a Lisboa. ▀

Tiro

Pedro Borralho sagrou-se campeão

Finalizadas as cinco contagens, o concorrente do GDNB foi o mais certo e arrecadou o principal troféu. A equipa dos SSCGD triunfou coletivamente

A quinta contagem do XXVII Campeonato de Tiro realizou-se no dia 14 de junho, em Pinhal, uma prova que serviu como final do Mais Sindicato e foi acompanhada pelo vice-presidente, João Ferreira. O regulamento determina que as classificações finais individuais e coletivas

são estabelecidas pelo conjunto das melhores pontuações obtidas em três das cinco contagens. Assim, Pedro Borralho (GDNB) foi o mais regular ao longo do torneio e é o novo campeão regional. José Cardoso (SSCGD) terminou em segundo, enquanto o último lugar do

pódio ficou para Mira dos Reis (SSCGD). Por equipas, os SSCGD, de José Cardoso, Mira dos Reis e Américo Francisco, finalizaram no topo seguidos pelo GDST (João Gouveia, David Ferreira e António Galrito) e pelo Clube NB (Pedro Borralho, Miguel Bruno e Filipe Moura). ▀

Vamos caminhar juntos?

A segunda metade do ano vai ficar marcada por muito exercício físico aliado à beleza natural do nosso território. Inscreva-se já nas caminhadas restantes



PEDRO GABRIEL

O Mais Sindicato e o STAS continuam a fomentar as boas práticas de exercício físico junto dos seus associados.

A primeira caminhada realizou-se no dia 28 de setembro, entre a Fonte da Telha e a Lagoa de Albufeira, mas ainda tem mais duas para se inscrever.

No dia 25 de outubro a proposta é a Albufeira dos Patudos, Vala Real de Alpiarça e a Reserva do Cavalo do Sorraia. Para os interessados, a sugestão passa por um almoço-convívio no Restaurante "O Cavalo do Sorraia". O ponto de encontro às 9h30, na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, onde se iniciará o percurso circular de 13 kms.

No dia 30 de novembro será a vez da caminhada Maravilhas da Arrábida,

com um percurso de 11 kms por trilhos e caminhos rurais, em perfeita comunhão com a natureza.

Os participantes terão ainda uma perspetiva fantástica da Falésia da Serra do Risco, a mais alta da Europa continental. O regresso faz-se pela Quinta do Calhariz.

O ponto de encontro dos participantes será às 9h30, na Cafetaria Casa da Ti Alice, na localidade de Pedreiras. Para estas duas caminhadas, os participantes devem levar roupa e calçado adequados e, no mínimo, 1,5 litros de água. Sugere-se ainda o uso de chapéu e protetor solar.

Inscrições

As inscrições devem ser dirigidas para a Secção Administrativa através do e-mail administrativa@mais.pt

até ao dia 17 de outubro, no caso da caminhada de Alpiarça, e 21 de novembro, para a caminhada da Arrábida. O pagamento deve ser efetuado no ato da inscrição através de transferência bancária o IBAN PT50 0018 0000 0029 5061 0019 6 enviando depois para a Secção Administrativa o comprovativo de transferência. A inscrição só se torna efetiva mediante a receção desse documento.

O custo é de 10,00€ por pessoa (só caminhada) e 34,00€ (caminhada e almoço*) para a caminhada de Alpiarça e de 10€ para a caminhada da Arrábida. Cada caminhada exige um mínimo de 15 participantes.

*O custo do almoço é de 24,00€ e deve ser pago diretamente no Restaurante. 

Setúbal acolheu sunsets e cruzeiros

Quatro eventos, a mesma animação. A Secção Regional de Setúbal proporcionou dois sunsets embarcados e dois cruzeiros com mariscada a bordo

PEDRO GABRIEL

O primeiro sunset teve lugar em 28 de junho, num dia em que a temperatura rondou os 40 graus. O passeio pela Baía do Sado contou com muita música e boa disposição e o grupo teve oportunidade de degustar as ostras do Sado acompanhadas com enchidos, queijos e vinho da região.



No dia 5 de julho realizou-se um cruzeiro pelo Sado a bordo do "Mil Andanças" que incluiu mariscada a bordo. O cruzeiro teve início às 13h30 com 46 sócios e familiares a bordo. Antes do almoço, os participantes

tiveram a oportunidade de ir a banhos no Rio Sado e durante a viagem não faltou a música ao vivo que ajudou ao ambiente descontraído.

Dose dupla

Setembro trouxe nova dose dupla para os sócios do MAIS. No dia 6, realizou-se mais um sunset pelo Sado, nos mesmos moldes do anterior e no dia 13 realizou-se novo cruzeiro com mariscada a bordo, que passou também pelas praias e costa da Arrábida e Tróia.

Todos os grupos manifestaram o seu contentamento e solicitaram ao Secretariado que organizasse mais eventos deste género. 

Subsídios pagos 1.º semestre de 2025

	Nome Cliente	N.º Sócio	Banco
Janeiro N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.249,10	Helder Manuel Pequito	4708	Santander Totta
	Álvaro Rodrigues Pitorra	4110	Millennium BCP
	Joaquim Boavida dos Santos Pinheiro	6197	Banco BPI
	Deolindo Maria Esperança	6841	Banco BPI
	António Napoleão Almeida e Sousa	2816	Millennium BCP
	Armando Silva Branco de Sousa	390	CGD
	João Maria Realinho Carrilho	8329	Millennium BCP
	Carlos Alberto Higgs Silva	3988	Santander Totta
	Manuel José Faustino	4584	CGD
Fevereiro N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.229,05	Carlos Manuel Pinheiro Teixeira	9637	Millennium BCP
	Maria Sim Sim Barão Teixeira	9749	Millennium BCP
	Joaquim Gregório Cabrita Mogo	3445	Banco BPI
	José Gomes	3159	BBVA
	Laertes Marcelino Marques Gonçalves	6424	BdP
	Carlos Miguel Sequeira Da Costa	3574	BBVA
	Arnaldo da Conceição Alcobia	145	CGD
	Manuel Reis Gomes Ribeiro	8009	CGD
	Virgílio Santos	8696	Novo Banco
Março N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.211,90	João António Calmeirão Alves Martins	9184	Banco BPI
	João António Proença Barreiros	73	Santander Totta
	Maria de Lourdes Salguerios Antunes Rama da Silva	5703	Banco BPI
	Maria Amélia Rosa	7672	Santander Totta
	Deolinda Simões Nunes Rodrigues	6683	Banco BPI
	Manuel José Varela dos Santos	6160	Santander Totta
	Domingos Gil Conceição	159	Banco BPI
	António Pedro Almeida Campos	148	CGD
	António do Nascimento Ferreira	5301	CGD
Abril N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.180,95	Jorge de Sousa Costa	3150	CGD
	António Augusto Mascarenhas Brás	3024	Novo Banco
	Filomena Jesus Carvalho	3469	CGD
	Francisco Inácio das Neves Carrasquinho	9275	Santander Totta
	António Simões Carvalho	4308	Millennium BCP
	Maria Assunção Ferreira Carreta Almeida	1454	Millennium BCP
	Pedro Afonso da Costa Pinto	5996	Novo Banco
	Luisa Nascimento Bito	8039	CGD
	António José Lopes do Nascimento	1204	Santander Totta
Maió N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.147,25	Zita Bendrau Furtado Antas De Almeida	7891	Millennium BCP
	Delmiro Manuel de Sousa Carreira	8779	Millennium BCP
	Alice de Jesus Gonçalves	5096	CGD
	Manuel Maria Leitão Vieira dos Santos	8494	Millennium BCP
	António José Caeiro Arriaga	2158	CGD
	Nuno Martinheira Pinto	2990	Banco BPI
	António Camilo Martins	1423	CGD
	Carlos Manuel Bastos de Sousa	9588	CGD
	Bento Paisano Mestre	434	CGD
Junho N.º de óbitos 9 Valor do Subsídio 4.129,55	Miguel Humberto Gouveia Lourenço	389	Millennium BCP
	Carlos Victor Silva Oliveira	2061	Banco BPI
	Fernando Tavares de Pina Cunha e Almeida	1698	Banco BPI
	Henrique Vieira Areia	3796	CEMAH
	João Gomes Dias Pereira	3978	Santander Totta
	António da Silva	7058	Banco BPI
	Fernando Reis Correia Xavier Basto	2716	CGD
	Mário Leão Pereira Roque	4099	Novo Banco
	Therese Whittle Coelho	5836	Banco BPI



PROTOCOLO SERVILUSA

CONDIÇÕES ESPECIAIS

PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES

PLANO FUNERAL EM VIDA | SERVIÇO FUNERÁRIO



**ESCOLHEMOS
COMO VIVER A VIDA**

Agora podemos escolher como nos despedimos dela.



Servilusa
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

Sempre do seu lado

Saiba mais em servilusa.pt, ou funeralvida.servilusa.pt

Haja Amor!

Com as coordenadas dadas, indique os pares amorosos.

1	Auguste Rodin	Ana Plácido	A
2	Camilo	Camille Claudel	B
3	Diego Rivera	Elizabeth Taylor	C
4	Edward VIII	Frida Kahlo	D
5	John Lennon	Grace Kelly	E
6	Luis XV	Inês	F
7	Pedro	Mary Godwin	G
8	Percy Shelley	Mme. Pompadour	H
9	Príncipe Albert	Rainha Vitoria	I
10	Rainier III	Wallis Simpson	J
11	Richard Barton	Yoko Ono	L

A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Dizer a bem dizer

(Quais as respostas certas?)

1	...Banho de poeira?	1
A	Trambolhão	B
Sujidade a mais		
2	...Arrotar postas de pescada?	2
A	Bazofiar	B
Estar farto		
3	...Andar de mãos espanadas?	3
A	Ter problemas	B
Não fazer nada		
4	...Estar sobre grelhas?	4
A	Estar ansioso	B
Sentir-se mal		
5	...Fazer lenha?	5
A	Fazer zaragata	B
Fazer inimigos		
6	...Andar aos canhos?	6
A	Estar perdido	B
Catar miudezas		

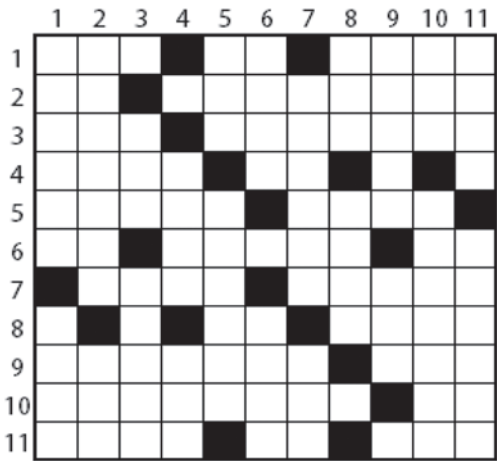
A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Palavras-cruzadas

Problema 464

HORIZONTAIS:

1 - Nome vulgar do óxido de cálcio (cal viva). Palavra que, no dialeto provençal, significava sim. Grande quantidade. 2 - Aqueles. Revestir com argamassa. 3 - Ril. Incitara (um cão) a morder. 4 - Laços [fig.]. Doença súbita. 5 - Espécie de sereia dos rios e dos lagos, na mitologia do Índios do Brasil [Brasil] (pl.). Jungir (os bois) ao carro, etc. 6 - Anno Domini (abreviatura). Delicada. Outra coisa [ant.]. 7 - Unem. Órgão rudimentar da visão que existe em certos animais. 8 - Alguma coisa. Desejar. 9 - Errai [coloq.]. Somai. 10 - Simpático [coloq.]. Símbolo de prata. 11 - Campo de estudo [fig.]. Único. Cada uma das partes laterais e inferiores do nariz.



VERTICAIS:

1 - Dança acompanhada de cantos (Grécia antiga). Pai [infant.]. 2 - Albergada por esmola. Grande quantidade [pop.]. 3 - Amor [pop.]. Homem sanguinário [fig.]. 4 - Agulha de pinheiro. No momento presente. 5 - Que não tem sentido [fig.]. Aparente. 6 - Busca minuciosa [fig.]. Além disso. 7 - Túnel [Madeira]. Enguia. 8 - Vesícula biliar. Maço [Cabo Verde]. 9 - Cavaleiro do exército alemão ou austríaco, armado de lança. Grande ave corredora sul-americana, da família dos Reídeos... 10 - Superfície plana de alguns objetos. Preocupadas [coloq.]. 11 - Altar gentílico onde se faziam os sacrifícios (pl.). Saio de malha usado pelos antigos guerreiros, coberto de escamas de ferro.

A sortear: Prémio PORTO EDITORA

Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.



(ser) segredo de abelha

(ser) coisa muito secreta, misteriosa, oculta; (ser) segredo impenetrável

Durante séculos, a vida e o fabrico do mel pelas abelhas motivaram muitos mistérios, superstições e conjecturas. Com o progressivo conhecimento da apicultura, foi desaparecendo o secretismo, o mistério, pelo que este segredo deixou de ter razão de ser. A expressão é usada por D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) em *Feira de Anexins*: «Vamos devagar que o assunto tem seu segredo de abelha».

In "Expressões Correntes e Proverbiais - A Curiosidade das suas Origens" de Emanuel de Moura Correia e Persília de Melim Teixeira)

Resultados do «Tempo Livre» 462

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
1	B	O	M	B	A		C	A	B	A	L	
2	E	F	A	D	E		C	I	B	A	L	
3	T	U		R	I	M	A		G	A	Z	
4	A	V	E		T	I	M	B	A	L	E	
5	A	R	F	A	R		A		A		R	
6	C	A		I	S		A	C	O		A	
7	A	S	A				C	R	O	S	S	
8	S	E	M	I	L	H	A		P	A	R	
9	A	V	O		C	U	R	A		L	I	
10	C	A	L	A		I	A	R	A		C	
11	A	R	E	A	R		S	O	L	I	D	O

Palavras-Cruzadas: Premiado: Manuel da Silva Pinheiro (Amadora).

Cruzadas-mistas: "Olho por olho e todos seremos cegos". Premiado: Mário Pires Machado (Lisboa).

Corolas Geminadas: Câmara, Amador, Dorida, Barata, Arolas, Ladina, Ratado, Asados, Danças. Premiado: João de Almeida Gonçalves (Carregueira).

Quadrado Mágico: Ajuda, Obeso, Porco, Fuzil, Ardil / Abril.

Adelino António Lopes Ribeiro (Vide).

Enigma Figurado: Ter minhocas na cabeça (Ter ideias preconcebidas, bizarras; ter manias). Premiado: Rui António Pires (Cruz de Pau - Amora).

"Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo"

Malala Yousafzai (12.7.1997-),
Nobel da Paz 2014 e ativista paquistanesa

Sudoku

As casas vazias devem ser preenchidas com os algarismos de 1 a 9 mas de forma a que cada um dos algarismos surja somente uma vez em cada linha, em cada coluna e em cada quadrado.

Fácil 430

		2		4				6	
9			8			3			
	6			1					4
							9		
8		3		2		7		1	
	1								
2				6				3	
		4			3				2
	7			9		8			

Médio 430

		6	1		4	9			
	2			3				4	
9				6					8
1			8		6				5
	6	9				3	8		
4			2		3			7	
6				5					3
	4			7				6	
		7	6		1	4			

Difícil 430

			5					9	
5	9	8		2		1	7		
	4				7		3		
		4						7	
	8						1		
2						8			
	1		8				4		
	5	6		1		7	8	3	
	3			5					

Fácil 431

4			3						8
		2		9				3	
	8	1			4				
5					1	6			
	3			5			2		
		9	8					1	
			4			7	8		
	5			6		1			
7					2				3

Médio 431

	1				8			5	
8	7		3				4	9	
					4				
3		8						9	
				2					
	6					1		2	
			2						
1	3				6		7	5	
	4		9				8		

Difícil 431

		4		5		8	1		
7	8					3	9		
1	6							5	
				9		6			
4				3				8	
			8		7				
3							5	7	
	5	1					8	3	
	9	7		2		1			

Música

Complete os instrumentos

	B		N		O
	A		U		E
	T		N		Ã
F			O		E

H			P	A	
	V		O		O
C			R		M
	C		T		A
	C		A		O
S			S		O

A sortear: Prémio PORTO EDITORA

Resultados do «Tempo Livre» 463

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	T	★	M	A	I	S	B	A	N	C	Á	R	I	O	★	A
2	E	V	I	T	A	I	★	M	O	R	S	O	★	S	E	N
3	M	Á	R		Á	P	O	D	E		L	A				I
4	P	■	M	A	R		A	L	U	M	E		T			V
5	O	L	I	V	A	■	R	E	L	A	R	■	R	A	P	E
6	★	U	S	E	■	C	A	Ç	A	R	■	D	A	■	I	R
7	L	A	S	S	A	■	B	A	R	■	V	I	S	T	O	S
8	I	■	A	S	I		É	S	■	A	I	A	★	I	R	Á
9	V	S		A	■	M	N	■	C	R	O	N	I	C	A	R
10	R	E	I	★	C	A	S	S	A	★	L	A	D	A	★	I
11	E	M	A	Ç	A	S	★	I	L	H	A	★	A	S	N	O

Palavras-Cruzadas:

Premiado: António Pimentel (Mem Martins).

Literatura: Amor Habitado. As Luzes de Leonor. As Mulheres de Abril. As Palavras do Corpo. Inquietude. Meninas. Os Anjos. Palavras Secretas. Rosa

Sangrenta. Premiado: José Cardoso Baptista (Oeiras).

Aritmograma: 5x6/2; 9+8-3; 1+4+7. Premiado: João Pires Oliveira Silveira (Ponta Delgada).

Certo ou Errado: E,E,E,E,E. Premiado: Maria do Céu Correia (Corroios).

Cidades Portuguesas: Lisboa, Guarda, Queluz, Lagos, Loures, Aveiro, Covilhã, Porto, Évora, Coimbra, Chaves, Peniche, Braga. Premiado: Rui Jorge Martins Alves Meirim (Sintra).

Enigma Figurado: Fino como um rato (muito esperto; muito vivo). Premiado: Maria Rosário Lopes Alves Ferreira (Lisboa).

Nota: Agradecemos que acuse a receção do seu prémio.

Enigma Figurado (expressão corrente)



6L



4L



5L

A sortear: Prémio MAIS

Soluções

6	4	1	6	2	8	3	5	1	4	7	9	6	7	5	8	2
8	9	7	3	2	5	1	6	4	7	9	6	7	5	8	2	3
3	4	2	6	8	1	7	5	9	6	7	5	8	2	3	4	1
5	3	8	6	1	7	4	2	9	6	7	5	8	2	3	4	1
4	1	9	5	3	8	6	1	7	4	2	9	6	7	5	8	2
2	7	8	1	6	7	5	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6
7	8	1	6	7	5	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6	2
1	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2	3	4	1
9	2	4	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2	3	4

Difícil 431

8	3	5	2	7	1	6	9	4	8	3	5	2	7	1	6	9
1	3	2	2	8	4	6	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6
7	8	6	1	7	4	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2
4	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2	3	4	1
6	5	1	4	2	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8
3	2	8	1	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2
5	4	6	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2
2	7	1	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2	3
9	2	4	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2	3	4

Médio 431

7	1	6	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6	7	5	8	2
8	3	5	2	7	1	6	9	6	7	5	8	2	3	4	1	6
2	8	5	7	6	1	4	3	8	9	2	7	1	6	4	3	8
1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6	7
6	1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6
8	5	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9
4	2	7	1	3	8	5	9	6	7	2	1	3	8	5	9	6
7	6	8	3	1	2	7	9	5	4	8	3	1	2	7	9	5
9	4	1	8	5	6	3	2	7	1	9	4	1	8	5	6	3
5	3	2	9	4	7	1	6	8	3	5	2	9	4	7	1	6

Fácil 431

8	3	9	7	4	5	6	2	1	4	5	6	2	1	4	5	6
4	5	6	2	1	9	7	8	3	5	6	2	1	9	7	8	3
7	1	2	8	6	3	5	4	9	6	7	5	8	3	1	2	8
6	9	8	5	1	3	7	4	2	6	5	8	3	7	4	2	6
5	4	8	6	9	7	1	3	5	2	4	6	8	9	7	1	3
2	7	3	1	5	4	8	6	9	7	2	3	1	5	4	8	6
9	8	5	6	7	2	1	3	4	5	8	9	6	7	2	1	3
1	6	4	3	9	8	7	5	2	6	1	4	3	9	8	7	5
6	4	1	9	8	7	5	2	6	1	4	3	9	8	7	5	2
5	9	8	4	2	3	1	7	6	5	9	8	4	2	3	1	7
3	2	7	5	6	1	4	9	8	3	2	7	5	6	1	4	9

Difícil 430

8	3	7	6	2	9	4	8	1	5	3	6	7	2	1	9	4
1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6	7
2	8	5	7	6	1	4	3	8	9	2	7	1	6	4	3	8
6	1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6
8	5	3	6	7	2	1	9	4	5	8	3	6	7	2	1	9
4	2	7	1	3	8	5	9	6	7	2	1	3	8	5	9	6
7	6	8	3	1	2	7	9	5	4	8	3	1	2	7	9	5
9	4	1	8	5	6	3	2	7	1	9	4	1	8	5	6	3
5	9	8	4	2	3	1	7	6	5	9	8	4	2	3	1	7
3	2	7	5	6	1	4	9	8	3	2	7	5	6	1	4	9

Médio 430

3	7	6	2	9	4	8	1	5
1	9	4	5	8	3	6	7	2
2	8	5	7	6	1	4	3	9
6	1	9	4	5	2	8	3	
8	5	3	6	2	9	7	4	1
4	2	7	1	3	8	5	9	6
7	6	8	3	1	2	7		
9	4	1	8	5	6	3	2	7
5	3	2	9	4	7	1	6	8



ESPECIALISTAS EM AUDIÇÃO



37 ANOS
A CUIDAR DA
SUA AUDIÇÃO

CONFIE EM QUEM DÁ OUVIDOS ÀS SUAS NECESSIDADES.



CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA
BENEFICIÁRIOS DO MAIS BANCÁRIO

LINHA DE APOIO SAMS

210 499 999

widex.pt

Serviço disponível no Centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonia, em Lisboa,
ou em qualquer Centro Auditivo Widex em todo o país.

SAMS_0925